

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.261.843 - TO (2018/0057581-7)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADOS : KEYLA MÁRCIA GOMES ROSAL - TO002412
ELAINE AYRES BARROS - TO002402
JOSÉ FREDERICO FLEURY CURADO BROM E OUTRO(S) - TO002943
AGRAVADO : REMO DISTRIBUIDOR LTDA
ADVOGADOS : JÚLIO SOLIMAR ROSA CAVALCANTI - TO000209
FÁBIO WAZILEWSKI - TO002000
JONAS SALVIANO DA COSTA JÚNIOR - TO004300
JÉSSICA PAINKOW ROSA CAVALCANTE - TO007417
AMANDA PAINKOW ROSA CAVALCANTE E OUTRO(S) - TO008482

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. SUPOSTA LEGALIDADE DOS ENCARGOS CONTRATUAIS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS PORVENTURA CONTRARIADOS OU OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. VEDAÇÃO. ÓBICE DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por BANCO DA AMAZONIA SA em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins, assim resumido:

Superior Tribunal de Justiça

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL MANTIDA NA NOTA DE CRÉDITO COMERCIAL, CONFORME CONTRATADO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO.

1. A capitalização mensal foi mantida pelo Juiz singular, na Nota de Crédito Comercial, o qual afastou somente a incidência da capitalização diária no Contrato de Empréstimo em Conta Corrente, por entender que essa periodicidade é abusiva. Portanto, tal ponto não deve ser conhecido por ausência de interesse recursal.

CAPITALIZAÇÃO DE JUROS REMUNERATÓRIOS. PRÉVIO AJUSTE. POSSIBILIDADE. SÚMULA 539 STJ.

2. A capitalização de juros com periodicidade inferior à anual é permitida nos contratos firmados após 31/3/2000, data da publicação da MP 1.963-17/2000, revigorada pela MP nº 2.170-01, desde que exista cláusula contratual clara estabelecendo a incidência do encargo, conforme Súmula 539 STJ.

CLÁUSULA NO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. CAPÍTULO DA SENTENÇA QUE AFASTA A CAPITALIZAÇÃO DIÁRIA. PERIODICIDADE DIÁRIA/MENSAL. DÚVIDA CONTRATUAL. PREVALECE INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR, ART. 47 DO CDC.

3. Segundo a disposição contratual, os juros remuneratórios serão calculados dia a dia, sendo que apenas a sua exigibilidade será mensal, ou seja, são capitalizados diariamente e não mensalmente como sustenta a instituição financeira, mormente porque não se confunde o cálculo dos juros com a cobrança mensal (exigibilidade) de tal encargo.

4. Ainda que não fosse essa a interpretação adequada, na dúvida, prevalece o entendimento mais favorável ao consumidor, nos termos do art. 47 do Código de Defesa do Consumidor, qual seja, a incidência da capitalização mensal, como determinado pelo juízo singular.

TAXA SELIC. NATUREZA REMUNERATÓRIA. NÃO SE COADUNA COM A FINALIDADE DOS JUROS MORATÓRIOS. ART. 406 CC.

5. A taxa SELIC possui natureza remuneratória, sendo composta de juros remuneratórios e correção monetária, portanto, sua finalidade não coaduna com a dos juros moratórios, previsto no art. 406 do Código Civil, que impõe uma sanção ao devedor pelo inadimplemento de uma obrigação.

Superior Tribunal de Justiça

6. Neste sentido é o enunciado nº 20 aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Conselho da Justiça Federal, o qual dispõe: A taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 é a do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, ou seja, 1% um por cento ao mês.

7. Adequado o posicionamento do juízo singular que declarou nula a incidência da taxa SELIC a título de juros moratórios, e via de consequência, determinou a incidência de 1% ao mês nos contratos controvertidos (e-STJ fls. 807/808).

Nas razões do especial, o recorrente sustentou a legalidade de todos os encargos contratados, dentre eles a taxa SELIC e a capitalização mensal ou diária, a depender do constante do contrato. Citou precedentes a fim de corroborar sua assertiva.

Asseverou, ainda, que "alegar sem provar é como não alegar, afirmar que o Banco Requerido, ora recorrente, praticava a atualização monetária pelos índices da taxa SELIC é afirmação inconsistente frente ao conteúdo do próprio contrato e do extrato de evolução, considerando-se ainda que o Recorrido não indicou onde existia tal previsão de cobrança de correção monetária pela Taxa SELIC, inflige necessariamente a um juízo de improcedência dos pedidos alinhavados na inicial (e-STJ fl. 830).

Argumentou que a única menção à taxa SELIC no instrumento contratual foi em relação aos juros moratórios, não à correção monetária.

Alegou que o contrato de empréstimo em conta-corrente de que cuidam os autos, não possui previsão de capitalização de juros, "ao contrário, existe cláusula expressa determinando que os juros não são capitalizados mensalmente, e sim são vencidos a todo o final de mês, devendo os mesmos serem adimplidos mensalmente" (e-STJ fl. 833).

Ao final, insurgiu-se contra o valor arbitrado a título de honorários advocatícios, por considerá-lo ínfimo. Requereu, assim, sua majoração. Apontou como violados os arts. 20 do Código de Processo Civil de 1973 e 82 e 85, § 2º e 14, do Código de Processo Civil de 2015.

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 903/909), vieram os autos

Superior Tribunal de Justiça

conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 912/931 (e-STJ).

Impugnação às fls. 936/940 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual *"aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

A irresignação não merece prosperar.

As razões recursais do apelo especial, relativas à alegada legalidade dos encargos contratuais, mormente a taxa SELIC e a capitalização mensal ou diária, mostram-se deficientes, pois não houve indicação do(s) dispositivo(s) de lei(s) federal(is) porventura violado(s) ou objeto de interpretação divergente.

Em que pese a menção genérica a preceitos normativos, quais sejam, os arts. 5º da Lei nº 6.840/80; 11 e 14, VI, do Decreto 413/1969; 104 do Código Civil e 5º, XXXVI, da Constituição Federal, a parte não demonstrou de que forma o Tribunal *a quo* os teria infringido.

Dessarte, aplica-se, por analogia, no ponto, a Súmula 284/STF, tanto em relação à alínea "a", quanto à "c" do permissivo constitucional.

Cabe ressaltar a inviabilidade de indicação de ofensa a dispositivo constitucional no recurso especial, porque sua análise acarretaria usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

Outrossim, constata-se que a Corte de origem não emitiu juízo de valor acerca do disposto em tais preceptivos legais, não estando cumprido o imprescindível requisito do prequestionamento, o que atrai a incidência, também por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF.

Superior Tribunal de Justiça

Esses verbetes sumulares também incidem no tocante à tese de que os honorários advocatícios deveriam ser majorados, por terem sido fixados em patamar irrisório.

Com efeito, embora o recorrente tenha levantado tal questão perante o Tribunal local, esse órgão apenas consignou: "Outrossim, ante a ausência de reforma na sentença impugnada, prejudicado o pedido de inversão do ônus de sucumbência" (e-STJ fl. 812).

Desse modo, verifica-se que não houve exame da alegada irrisoriedade da verba honorária e não foram opostos embargos de declaração buscando o pronunciamento acerca desse tema.

Mesmo que assim não fosse, na fixação do valor dos honorários advocatícios, o juiz deve observar as peculiaridades do processo, observados os critérios legais, de sorte que, em regra, a alteração da quantia fixada em instância ordinária não pode ser feita em sede de recurso especial, salvo quando irrisória ou muito elevada, o que não ocorre no presente feito, no qual, na sentença prolatada sob a égide do CPC/73, tal verba foi estipulado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Portanto, o recurso esbarra, ainda, na Súmula 7/STJ.

Ressalte-se que esse óbice intransponível também incide, juntamente com a Súmula 5/STJ, no que diz respeito às alegações de que o contrato não previa utilização da taxa SELIC para fins de correção monetária e de que o contrato de empréstimo em conta-corrente não possuía previsão de capitalização de juros, pois para aferir tais assertivas, assim como para afastar as premissas em contrário firmadas pela Corte Estadual, seria indispensável revolver o conteúdo fático-probatório dos autos, procedimento vedado em sede especial.

Dessarte, o apelo nobre não logra conhecimento.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

